



Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Ativo Descrição	Em Reais	
	2017	2016
Circulante	39.061.846,48	39.239.410,40
Disponibilidades (Nota 3)	1.056.098,34	481.719,54
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	6.240.263,38	14.644.409,77
Carteira Própria	6.240.263,38	14.644.409,77
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	4.035.194,47	1.884.916,64
Centralização Financeira	4.035.194,47	1.884.916,64
Operações de Crédito (Nota 6)	26.446.866,16	20.710.078,21
Operações de Crédito - Setor Privado	27.833.088,47	22.242.623,77
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.386.222,31)	(1.532.545,56)
Outros Créditos (Nota 7)	825.603,60	505.357,53
Avais e Fianças	126.652,68	58.649,59
Rendas a Receber	116.369,20	74.798,38
Diversos	828.162,11	509.627,25
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(245.580,39)	(137.717,69)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	457.820,53	1.012.928,71
Outros Valores e Bens	378.472,18	872.384,02
Despesas Antecipadas	79.348,35	140.544,69
Não Circulante	32.075.437,30	16.942.705,66
Realizável a Longo Prazo	28.659.872,64	15.266.470,43
Títulos e Valores Mobiliários	11.534.591,59	591.696,01
Carteira Própria	11.534.591,59	591.696,01
Operações de Crédito (Nota 6)	17.125.281,05	14.674.774,42
Operações de Crédito - Setor Privado	17.941.440,93	14.674.774,42
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(816.159,88)	-
Investimentos (Nota 9)	1.233.026,65	947.695,17
Ações e Cotas	1.232.226,15	946.894,67
Outros Investimentos	800,50	800,50
Imobilizado (Nota 10)	2.181.623,21	724.880,30
Outras Imobilizações de Uso	2.088.815,41	1.365.414,48
Imóveis de Uso	1.058.441,97	60.000,00
(-) Depreciações Acumuladas	(965.634,17)	(700.534,18)
Intangível	914,80	3.659,76
Softwares	11.500,00	11.500,00
(-) Amortizações Acumuladas	(10.585,20)	(7.840,24)
Total do Ativo	71.137.283,78	56.182.116,06



Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Passivo		
Descrição	2017	2016
Circulante	52.113.688,54	39.752.284,82
Depósitos (Nota 11)	43.224.035,75	34.793.747,22
Depósitos à Vista	13.849.624,76	9.421.499,13
Depósitos a Prazo	29.374.410,99	25.372.248,09
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	6.019.726,70	2.451.581,41
Repasse Interfinanceiros	6.017.802,69	2.451.581,41
Relações com Correspondentes	1.924,01	-
Relações Interdependências (Nota 13)	698.917,48	1.400.000,00
Recursos em Trânsito de Terceiros	698.917,48	1.400.000,00
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 12)	307.044,00	27.406,90
Repasse no País - Outras Instit. Oficiais	26.476,34	27.406,90
Empréstimos no País - Outras Instit. Oficiais	280.567,66	-
Outras Obrigações (Nota 14)	1.863.964,61	1.079.549,29
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.700,51	15.046,20
Sociais e Estatutárias (Nota 14.1)	244.304,97	191.159,96
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14.2)	153.961,68	131.115,61
Diversas (Nota 14.3)	1.450.997,45	742.227,52
Não Circulante	8.844.674,48	8.521.849,47
Depósitos (Nota 11)	-	599.076,72
Depósitos à Prazo	-	599.076,72
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	8.844.674,48	7.229.473,21
Repasse Interfinanceiros	8.844.674,48	7.229.473,21
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 12)	-	693.299,54
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	693.299,54
Repasse no País - Outras Instit. Oficiais	-	26.356,75
Empréstimos no País - Outras Instit. Oficiais	-	666.942,79
Patrimônio Líquido	10.178.920,76	7.907.981,77
Capital Social (Nota 16.a)	6.210.120,44	5.361.874,70
Capital	6.210.120,44	5.361.874,70
Reserva de Sobras	3.178.914,63	2.092.821,82
Sobras ou Perdas Acumuladas (Nota 16.e)	789.885,69	453.285,25
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	71.137.283,78	56.182.116,06

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais		
	2º Semestre 2017	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira	5.924.164,00	11.545.993,59	10.151.956,63
Resultado com operações de crédito	5.176.455,60	9.925.851,72	8.204.497,08
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	747.708,40	1.620.141,87	1.947.459,55
Despesas da Intermediação Financeira	(2.660.245,67)	(5.041.866,24)	(5.113.298,95)
Operações de captação no mercado	(1.191.015,51)	(2.728.288,64)	(3.305.034,53)
Operações de empréstimos e repasses	(436.868,39)	(748.178,53)	(632.965,65)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.032.361,77)	(1.565.399,07)	(1.175.298,77)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.263.918,33	6.504.127,35	5.038.657,68
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.438.725,88)	(4.575.465,34)	(3.968.237,69)
Receitas de prestação de serviços	1.508.990,96	2.720.733,09	2.145.563,62
Despesas de pessoal	(1.914.855,79)	(3.621.486,70)	(2.781.220,83)
Outras despesas administrativas	(2.132.811,73)	(3.926.354,64)	(3.407.756,71)
Despesas Tributárias	(39.902,62)	(70.403,41)	(59.644,30)
Outras Receitas Operacionais	447.029,18	908.680,91	571.910,89
Outras Despesas Operacionais	(307.175,88)	(586.634,59)	(437.090,36)
Resultado Operacional	825.192,45	1.928.662,01	1.070.419,99
Resultado Não Operacional	27.873,72	16.522,68	13.319,96
Resultado Antes da Tributação e da Participação na Sobra	853.066,17	1.945.184,69	1.083.739,95
Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.593,57)	(44.905,59)	(35.802,63)
Imposto de Renda	(14.947,37)	(20.593,65)	(16.419,04)
Contribuição Social	(17.646,20)	(24.311,94)	(19.383,59)
Sobra Líquida (Perda)	820.472,60	1.900.279,10	1.047.937,32

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Eventos	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras a Disposição da AGO	Em Reais
		Legal	Fundo de Estabilidade		Total
SALDO EM 31/12/2015	4.423.209,64	661.087,09	908.217,50	320.116,91	6.312.631,14
MUTAÇÕES EM 2016	938.665,06	308.463,94	215.053,29	133.168,34	1.646.761,29
Destinação de Sobras					
Exercício Anterior:					
Ao Capital	320.116,91	-	-	(320.116,91)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	867.201,90	-	-	-	867.201,90
Por Devolução (-)	(248.653,75)	-	-	-	(248.653,75)
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.047.937,32	1.047.937,32
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(93.885,35)	(93.885,35)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	308.463,94	257.053,29	(565.517,23)	-
F A T E S	-	-	-	(51.410,66)	-
Outros Eventos					
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	74.161,17	74.161,17
SALDO EM 31/12/2016	5.361.874,70	969.551,03	1.123.270,79	453.285,25	7.907.981,77
MUTAÇÕES EM 2017	848.245,74	592.414,26	493.678,55	336.600,44	2.270.938,99
Destinação de Sobras					
Exercício Anterior:					
Ao Capital	452.819,92	-	-	(452.819,92)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(465,33)	(465,33)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	585.277,28	-	-	-	585.277,28
Por Devolução (-)	(189.851,46)	-	-	-	(189.851,46)
Estorno de Capital	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.900.279,10	1.900.279,10
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(98.105,85)	(98.105,85)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	592.414,26	493.678,55	(1.086.092,81)	-
F A T E S	-	-	-	(98.735,71)	(98.735,71)
Outros Eventos					
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	172.540,96	172.540,96
SALDO EM 31/12/2017	6.210.120,44	1.561.965,29	1.616.949,34	789.885,69	10.178.920,76

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais	
	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes		
Sobras/Perdas do Exercício	1.945.184,69	1.083.739,95
IRPJ / CSLL	(44.905,59)	(35.802,63)
Provisão para Operações de Crédito	669.836,63	325.716,58
Depreciações e Amortizações	267.844,95	116.289,20
	2.837.960,68	1.489.943,10
Aumento (redução) em Ativos Operacionais	(16.182.147,08)	2.970.522,95
Títulos e Valores Mobiliários	(7.559.877,98)	5.554.862,98
Operações de Crédito	(8.857.131,21)	(2.530.226,26)
Outros Créditos	(320.246,07)	(18.368,94)
Outros Valores e Bens	555.108,18	(35.744,83)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais	12.684.228,73	1.799.671,02
Depósitos à Vista	4.428.125,63	546.509,97
Depósitos à Prazo	3.403.086,18	889.919,19
Outras Obrigações	784.415,32	254.352,68
Relações Interdependências	(701.082,52)	1.400.000,00
Relações Interfinanceiras	5.183.346,56	(1.266.146,56)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(386.375,13)	1.652,60
Obrigações por Repasses no País	(27.287,31)	(26.616,86)
Resultado de Exercícios Futuros		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(659.957,67)	6.260.137,07
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimento	(285.331,48)	(157.822,67)
Imobilizações de Uso	(1.721.842,90)	(124.051,45)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(2.007.174,38)	(281.874,12)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento por novos aportes de Capital	585.277,28	867.201,90
Devolução de Capital à Cooperados	(189.851,46)	(248.653,75)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(465,33)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(98.105,85)	(93.885,35)
FATES - Sobras Exercício	(98.735,71)	(51.410,66)
Absorção de Despesas - FATES	172.540,96	74.161,17
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	370.659,89	547.413,31
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.296.472,16)	6.525.676,26
Modificações em Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	9.916.463,75	3.390.787,49
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	7.619.991,59	9.916.463,75
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.296.472,16)	6.525.676,26

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA - SICOOB/SC CREDISSERRANA**, é uma Cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/07/1998, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de crédito.

O **SICOOB/SC CREDISSERRANA** possui 5 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CAPÃO ALTO - SC, LAGES - SC, PALMEIRA – SC.**

O **SICOOB/SC CREDISSERRANA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 5/3/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e

Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

3. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	623.229,87	285.022,52
Numerários em Trânsito	418.552,00	194.944,00
Depósitos Bancários	14.316,47	1.753,02
TOTAL	1.056.098,34	481.719,54

4. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:



Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	17.774.854,97	15.236.105,78
TOTAL	17.774.854,97	15.236.105,78

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 98% a 104% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	4.035.194,47	1.884.916,64
TOTAL	4.035.194,47	1.884.916,64

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	296.208,54	-	296.208,54	86.734,75
Empréstimos	11.383.644,19	11.626.458,40	23.010.102,59	19.760.880,79
Títulos Descontados	6.252.447,40	3.243,49	6.255.690,89	5.020.628,70
Financiamentos	780.341,76	879.757,92	1.660.099,68	2.189.252,79
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.120.446,58	5.431.981,12	14.552.427,70	9.859.901,16
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.386.222,31)	(816.159,88)	(2.202.382,19)	(1.532.545,56)
TOTAL	26.446.866,16	17.125.281,05	43.572.147,21	35.384.852,63

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	689.238,56	-	-	-	689.238,56	-	991.455,70	-
A 0,5% Normal	13.894.818,68	66.501,09	548.127,85	4.893.323,90	19.402.771,52	(97.013,86)	21.126.547,01	(105.632,74)
B 1% Normal	7.081.417,83	973.959,31	758.251,52	9.017.302,72	17.830.931,38	(178.309,31)	10.195.668,39	(101.956,68)
B 1% Vencidas	543.972,20	235,51	51.286,94	21.620,73	617.115,38	(6.171,15)	600.515,70	(6.005,16)
C 3% Normal	1.176.518,52	562.301,27	132.367,95	390.843,17	2.262.030,91	(67.860,93)	619.891,00	(18.596,73)
C 3% Vencidas	1.103.220,45	787,54	16.101,34	9.774,87	1.129.884,20	(33.896,53)	398.059,34	(11.941,78)
D 10% Normal	434.667,14	61.332,21	16.173,96	53.098,30	565.271,61	(56.527,16)	988.931,42	(98.893,14)
D 10% Vencidas	592.607,08	609,04	32.527,41	30.190,37	655.933,90	(65.593,39)	150.212,48	(15.021,25)
E 30% Normal	95.097,21	20.755,00	-	41.158,99	157.011,20	(47.103,36)	547.737,83	(164.321,35)
E 30% Vencidas	584.658,93	1.176,29	9.016,02	-	594.851,24	(178.455,37)	167.377,27	(50.213,18)
F 50% Normal	192.276,96	49.979,18	44.515,04	88.721,37	375.492,55	(187.746,28)	302.515,20	(151.257,60)
F 50% Vencidas	329.253,90	7.384,90	45.777,38	-	382.416,18	(191.208,09)	14.920,07	(7.460,04)
G 70% Normal	11.383,92	17.047,04	-	-	28.430,96	(19.901,67)	24.040,70	(16.828,49)
G 70% Vencidas	29.723,25	5.461,18	-	-	35.184,43	(24.629,71)	17.031,33	(11.922,67)
H 100% Normal	133.691,41	62.400,43	-	-	196.091,84	(196.091,84)	190.333,56	(190.333,56)
H 100% Vencidas	797.052,60	42.473,39	5.954,27	6.393,28	851.873,54	(851.873,54)	582.161,19	(582.161,19)
Total Normal	23.709.110,23	1.814.275,53	1.499.436,32	14.484.448,45	41.507.270,53	(850.554,41)	34.987.120,81	(847.820,29)
Total Vencidos	3.980.488,41	58.127,85	160.663,36	67.979,25	4.267.258,87	(1.351.827,78)	1.930.277,38	(684.725,27)
Total Geral	27.689.598,64	1.872.403,38	1.660.099,68	14.552.427,70	45.774.529,40	(2.202.382,19)	36.917.398,19	(1.532.545,56)
Provisões	(1.741.059,21)	(189.052,42)	(73.965,56)	(198.305,00)	(2.202.382,19)		(1.532.544,82)	
Total Líquido	25.948.539,43	1.683.350,96	1.586.134,12	14.354.122,70	43.572.147,21		35.384.853,37	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositantes/Cheque Especial/Conta Garantida	1.872.403,38	-	-	1.872.403,38
Empréstimos	3.254.092,23	6.553.730,30	11.626.085,22	21.433.907,75
Financiamentos	237.171,85	543.169,91	879.757,92	1.660.099,68
Títulos Descontados	5.771.808,10	480.266,12	3.616,67	6.255.690,89
Financiamentos Rurais	846.696,81	8.273.749,77	5.431.981,12	14.552.427,70
TOTAL	11.982.172,37	15.850.916,10	17.941.440,93	45.774.529,40

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	151.206,09	2.248.936,56	420.477,28	-	2.820.619,93	6%
Setor Privado - Indústria	2.058,00	663.996,88	80.045,13	-	746.100,01	2%
Setor Privado - Serviços	862.595,21	8.670.172,30	3.922.425,54	147.772,97	13.602.966,02	30%
Pessoa Física	835.338,24	11.010.763,46	1.804.617,77	14.404.654,73	28.055.374,20	61%
Outros	21.205,84	500.138,23	28.125,17	-	549.469,24	1%
TOTAL	1.872.403,38	23.094.007,43	6.255.690,89	14.552.427,70	45.774.529,40	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	2.094.808,32	1.299.720,80
Valor das operações transferidas no período	742.765,63	852.960,52
Valor das operações recuperadas no período	(81.800,30)	(57.873,00)
TOTAL	2.755.773,65	2.094.808,32

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	126.652,68	58.649,59
Rendas a Receber	116.369,20	74.798,38
Diversos (a)	828.162,11	509.627,25
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(245.580,39)	(137.717,69)
TOTAL	825.603,60	505.357,53

(a) Refere-se, substancialmente, aos devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, adiantamentos e antecipações salariais, impostos e contribuições a compensar.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	366.882,20	865.939,74
Material em Estoque	11.589,98	6.444,28
Despesas Antecipadas (b)	79.348,35	140.544,69
TOTAL	457.820,53	1.012.928,71

(a) Em Bens Não de Uso Próprio, estão registrados valores referentes aos bens recebidos como dação em pagamento e/ou objeto de expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados e vale refeição e alimentação.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito	1.232.226,15	946.894,67
Outros Investimentos	800,50	800,50
TOTAL	1.233.026,65	947.695,17

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	137.129,27	60.000,00	
Edificações	921.312,70	-	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(8.318,39)	-	
Instalações	329.158,65	100.408,02	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(70.940,28)	(23.844,83)	
Móveis e equipamentos de Uso	549.793,99	327.200,60	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(174.809,83)	(134.786,03)	
Sistema de Comunicação	40.097,51	34.542,54	20%
Sistema de Processamento de Dados	709.824,27	577.110,53	10%
Sistema de Segurança	124.235,14	90.639,44	10%
Sistema de Transporte	335.705,85	235.513,35	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(711.565,67)	(541.903,32)	
TOTAL	2.181.623,21	724.880,30	

As variações evidenciadas nas contas do Ativo Imobilizado, referem-se, substancialmente, a aquisição de imóvel no valor R\$ 921.312,70 e construção/installação do PA 05 na cidade de Palmeira – SC, cuja inauguração ocorreu em 19/6/2017.

11. Depósitos

O saldo é composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

O saldo é composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	13.849.624,76	9.421.499,13
Depósito a Prazo	29.374.410,99	25.971.324,81
TOTAL	43.224.035,75	35.392.823,94

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.667.436,72)	(3.252.853,80)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(60.851,92)	(52.180,73)
TOTAL	(2.728.288,64)	(3.305.034,53)

12. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	2.199.128,63	666.942,79
Recursos do BANCOOB	14.075.205,07	10.315.975,25
(-) Despesa a apropriar BANCOOB	(1.131.288,87)	(634.920,63)
Relações com Correspondentes	1.924,01	-
Outras Instituições	26.476,34	53.763,65
TOTAL	15.171.445,18	10.401.761,06

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	698.917,48	1.400.000,00
TOTAL	698.917,48	1.400.000,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.700,51	15.046,20
Sociais e Estatutárias	244.304,97	191.159,96
Fiscais e Previdenciárias	153.961,68	131.115,61
Diversas	1.450.997,45	742.227,52
TOTAL	1.863.964,61	1.079.549,29

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	104.057,78	51.410,66
Resultado de Atos com Não Associados (a)	98.105,85	95.865,89
Cotas de Capital a Pagar (b)	42.141,34	43.883,41
TOTAL	244.304,97	191.159,96

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	11.511,38	6.834,11
Impostos e Contribuições a recolher	142.450,30	124.281,50
TOTAL	153.961,68	131.115,61

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	2.545,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	205.194,66	90.533,99
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	761.003,71	594.981,61
Provisão para Passivos Contingentes (b)	-	18.718,44
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	70.348,02	-
Credores Diversos – País (c)	414.451,06	35.448,48
TOTAL	1.450.997,45	742.227,52

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida.

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico leva em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em **31/12/2017** a Cooperativa não possuía reclamatórias em andamento de natureza Trabalhista, Cível ou Fiscal com estimativa de perda provável e não se efetuou provisão contábil, de acordo com os critérios do CPC 25.

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Garantias Prestadas	70.348,02	18.718,44

(c) Refere-se, substancialmente, a pagamentos a efetuar de operações em decurso da movimentação financeira nas relações entre a cooperativa e seus associados ou terceiros.

15. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB/SC CREDISSERRANA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	6.210.120,44	5.361.874,70
Associados	6.438	5.760

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 25%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/4/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$ 453.285,25 (quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	1.900.279,10	1.047.937,32
02. (+/-) Demais Resultados	172.540,96	74.161,17
(+) Realização do FATES	172.540,96	74.161,17
03. Resultado do Período (1+2)	2.072.820,06	1.122.098,49
(-) FATES Resultado com Não Associados	(98.105,85)	(93.885,35)
(-) FATES	(98.735,71)	(51.410,66)
(-) Reserva Legal	(592.414,26)	(308.463,94)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(493.678,55)	(257.053,29)
(+) Reversão Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	-	42.000,00
06. Sobras a Disposição da AGO	789.885,69	453.285,25

17. Outros Ingressos/Rendas Operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	136.352,47	61.651,31
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	4.776,41	61.384,06
Reversão de Outras Provisões Operacionais	476.771,23	34.825,96
Atualização de Depósitos Judiciais	443,32	-
Rendas Juros Cartão de Crédito	248.938,94	139.052,76
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	35.297,14	36.001,04
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	8.040,12	2.610,30
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	23.487,37	3.450,46
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	38.464,20	27.179,80
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	36.256,91	27.020,76
Receita Volume Financeiro - Rede	763,12	1.624,25
Outras Rendas Operacionais	91.943,93	27.652,46
TOTAL	1.101.535,16	422.453,16

17.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	105.924,34	81.745,18
Rendas de Empréstimos	6.755.380,24	5.351.357,94
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.656.628,69	1.433.185,32
Rendas de Financiamentos	510.854,11	612.207,34
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	646,27	1.496,04
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	87.974,80	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	243.013,81	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	121.533,19	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	323.798,77	645.427,68
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	1.620.141,87	1.947.459,55
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	120.097,50	79.077,58
TOTAL	11.545.993,59	10.151.956,63

18. Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(28.447,32)	(50.286,22)
Despesas de Descontos Concedidos	(40.098,87)	-
Desp. de Atualização de Impostos e Contribuições	-	(3.346,26)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(201.879,83)	(208.359,37)
Provisão para Passivos Contingentes	(443,32)	-
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(1.480,92)	(268,43)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(3.532,34)	(5.206,05)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2.281,69)	(2.901,76)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(95.988,52)	(94.588,83)
Outras Despesas Operacionais	(212.481,78)	(75.905,26)
Provisão para Garantias Prestada	-	(23.541,47)
Garantias Financeiras Prestadas	(56.405,99)	-
TOTAL	(643.040,58)	(394.800,70)

18.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(2.728.288,64)	(3.305.034,53)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(748.178,53)	(632.965,65)
Provisões para operações de crédito	(1.565.399,07)	(1.175.298,77)
TOTAL	(5.041.866,24)	(5.113.298,95)

19. Resultado Não Operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	11.949,96	-
Outras Receitas não Operacionais	46.779,48	32.625,56
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(4.356,52)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(42.206,76)	(14.949,08)
Resultado Líquido	16.522,68	13.319,96

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	4.278,71	0,54%
Crédito Rural	7.628,47	0,05%
Empréstimo	380.349,32	1,62%
Financiamento	4.992,41	0,30%
Títulos Descontados	10.371,47	0,17%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	166.312,92	1,20%	0%
Depósitos a Prazo	2.800.358,49	9,53%	0,56%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,23%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,08%
Crédito Rural (modalidades)	0,01%

As garantias prestadas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Títulos Descontados	2.300,00

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	540.786,40
Encargos Sociais	115.701,76

21. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA - SICOOB/SC CREDISSERRANA**, em conjunto com outras Cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB/SC CREDISSERRANA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do SICOOB (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.464/2007 e art. 8 Resolução CMN nº 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO (SICOOB), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das Cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.988/2011.

Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

23. Seguros Contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 1/3/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CREDISSERRANA** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC